

**ESCRITAS DESLOCADAS: A PRODUÇÃO LITERÁRIA ALAGOINHENSE NO
DISCURSO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DO ESTADO DA BAHIA**

*SILENT WRITINGS: THE DISCOURSE OF BAHIA CULTURAL FOUNDATION ON
LOCAL LITERATURE*

Vandelma Silva Santos

Universidade do Estado da Bahia

RESUMO: Apresenta pesquisa realizada, a nível de mestrado, no campo da Crítica Cultural. Objetivou-se, a partir do caso dos produtores de literatura do município de Alagoinhas-Bahia, analisar como o discurso oficial de uma secretaria de governo ordena e direciona a produção literária. O objeto que ensejou a discussão foi um conjunto de peças publicitárias e editais de financiamento lançados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), órgão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) responsável pela criação e implementação de políticas culturais para as artes. Empregando metodologia qualitativa, foi feita a análise de conteúdo das notícias, relatórios e editais atinentes à literatura, divulgados pela FUNCEB no período de 2011 a 2013, bem como de entrevistas semiabertas realizadas com agentes culturais na capital baiana e no município de Alagoinhas. A interpretação proposta fundamenta-se nos conceitos de poder disciplinar de Michel Foucault e de heterologia de Georges Bataille, e aplica um modelo desenvolvido por Deleuze e Guattari para visualizar a articulação entre o poder centralizado do Estado e o poder molecular disperso pela sociedade. De acordo com o modelo, a FUNCEB constrói seu discurso de modo a silenciar as práticas heterológicas e fortalecer o poder estatal.

PALAVRAS-CHAVE: política cultural; literatura; discurso.

ABSTRACT: This study concerns public cultural policies to promote literature in Bahia, one of the states of Brazil. It was developed on the academic field of Cultural Criticism and takes as its object the discourse of Bahia Cultural Foundation (Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB), a division of Bahia Department of Culture (Secretaria de Cultura do Estado da Bahia – SecultBA) that creates and administrates programs in Arts. The research examined a set of announcements, annual reports and a guidance on particular aspects of applying for grants for the Arts, published from 2011 to 2013; as well as semi-structured interviews with public agents and writers in Salvador (the capital of Bahia) and in Alagoinhas (a smaller city in the northeast of the state). The aim of analysis was to identify specific discursive practices relating to culture, the Arts and literature, using a critical discourse analytical approach. The study is based on the Foucault's concept of "disciplinary power", the Bataille's concept of "heterology" and the Deleuze and Guattari's theory about micropolitics and segmentarity. The findings suggest that FUNCEB works in order to silence social differences and strengthen State's power.

KEYWORDS: cultural policy; literature; discourse.

Introdução: o discurso na Crítica Cultural

Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa realizada em nível de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, da Universidade do

Estado da Bahia (UNEB), Campus II, localizado no município de Alagoinhas-BA. A dissertação emergiu da confluência de dois grandes temas de pesquisa que envolvem e atravessam a produção literária: o papel do Estado como disciplinador das ações sociais e a atuação dos discursos como criadores ou modificadores da realidade. Objetivei, através de um estudo de caso, analisar como o discurso oficial de um dos órgãos do governo estadual ordenava e direcionava (ou tentava ordenar e direcionar) a produção literária de uma cidade média; compreender como esse discurso estava vinculado a processos políticos nacionais e globais; e interpretar as formas de interação da sociedade com o Estado que eram mediadas por esse discurso.

O objeto que ensejou minha discussão foi um conjunto de peças publicitárias e editais de financiamento lançados pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), órgão da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) responsável pela criação e implementação de políticas para as artes. O Edital Setorial de Literatura – que financiava produções escritas e orais, performances, formação profissional e crítica de arte, entre outras atividades – e os demais projetos e programas geridos pela Coordenação de Literatura da FUNCEB eram inovadores na política cultural baiana porque se dedicavam à literatura enquanto processo criativo, apoiando a produção e não apenas a publicação ou divulgação de obras prontas. Colocando-se ao lado dos artistas desde a concepção do trabalho, a instituição tanto podia estimular como limitar a criatividade literária, e foi esta dupla potencialidade que ocupou inicialmente o centro de minha discussão.

O eixo de minha pesquisa era, portanto, uma relação que se constituía em um campo específico – a produção literária –, envolvendo termos bastante amplos: de um lado, os artistas da palavra, de outro, o Estado. Como estratégia de visibilização dessa relação, optei por realizar um estudo de caso, que, embora restringindo a possibilidade de generalização das conclusões do trabalho, permitiria a averiguação de um número maior de fatores envolvidos, apreendendo a complexidade dos fatos, como era o meu objetivo. Detive-me, assim, sobre os produtores de literatura do município de Alagoinhas-BA e sua interação com a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), no período de 2011 a 2013.

A pesquisa partiu das demandas dos produtores de literatura de Alagoinhas; questionou os conceitos de literatura, arte e cultura empregados no discurso disciplinador da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA); historicizou e analisou, com

base em estudos da área de Comunicação e Produção Cultural, a política cultural em que se inseria esse discurso; e mobilizou formulações da Filosofia Política para propor uma interpretação do discurso oficial estudado. Foi, portanto, um trabalho que se desenvolveu na fronteira entre campos acadêmicos, com foco no poder de criação social do discurso, que se tornou possível no campo epistemológico da Crítica Cultural.

Claramente situada no contexto histórico da segunda metade do século XX e partindo das posições de povos que foram dominados sob o regime de colonização ou de grupos sociais que foram subalternizados, como as mulheres e os migrantes, a Crítica Cultural propõe-se a estudar não a cultura, mas as culturas. O pressuposto é de que não há uma cultura homogênea, harmoniosa, perene, mas culturas que se confrontam e se redefinem diante de interesses individuais e grupais diversos.

Seidel (2012) comenta três vertentes da crítica cultural e do debate acadêmico e intelectual. A primeira é a Escola de Frankfurt, apresentada em três gerações até a década de 2000. Além das discussões das décadas de 1930 a 1950 – que se detêm sobre as transformações provocadas pelo surgimento e propagação dos meios de comunicação de massa, especialmente o rádio, o cinema e, mais tarde, a televisão – ele enfatiza a crítica da modernidade, a do pós-moderno e a centrada no outro, em grupos sociais, desenvolvidas pelos pesquisadores mais recentes.

A segunda vertente é a da esquerda brasileira, representada por Marilena Chauí, que se refere a Hannah Arendt, Antonio Gramsci e Raymond Williams para destacar o caráter imprescindível da cultura para a esquerda política – é necessário desmontar o senso comum social e a aparência de realidade para propor uma nova interpretação e a transformação social.

A terceira e última vertente é o debate acadêmico e intelectual proposto por Nelly Richard a partir do contexto chileno de transição democrática. Para ela, “não se trata de fazer *crítica contestatória*, que faria simplesmente inversões de significados usando uma lógica já pré-fixada de racionalidade e argumentação; trata-se antes de *criticar o desenho do presente*, de criticar seus modos lógicos e retóricos de funcionar [...]” (SEIDEL, 2012, p. 36). Richard enfatiza a necessidade de incluir regiões residuais, discursos desprezados e subjugados pela lógica dominante, extrapolando para isso o contexto acadêmico e sua organização em disciplinas. Outro aspecto importante de sua prática é a articulação entre estética, cultura e política.

Comum às três vertentes, há a centralidade do discurso, a atenção prestada à criação de verdades que se efetua através da linguagem. Nesse ponto, a Crítica Cultural aproxima-se dos objetivos e princípios gerais da Análise do Discurso, em uma contiguidade ou teia de relações promissora mas ainda muito pouco explorada por pesquisadores de ambas as áreas. Focalizando o discurso oficial e as relações sociais por ele engendradas, este trabalho pretende também ser uma provocação e um convite à intensificação da transdisciplinaridade.

Agentes em interação

Alagoinhas é um município de médio porte, considerado centro regional, localizado a 110 km de Salvador, capital do estado. Emancipado em 1853, sua história é marcada por grandes transformações socioculturais provocadas por mudanças estruturais e econômicas, sobretudo, a abertura da Estrada de Ferro da Bahia ao São Francisco, na década de 1860, e a implantação da base produtiva da Petrobras, 100 anos depois. O cotidiano e as mudanças na vida de seus moradores foram, ao longo dessa história e até o presente, objeto da produção de diversos artistas, entre eles escritores, que têm vivenciado sua arte de forma amadora ou alternativa.

Em levantamento feito em 2011, Santos (2012) identificou 128 títulos publicados por 41 escritores, no período de 1980 a 2011, além de 5 coletâneas, que contavam mais de 100 autores. Essa produção incluía crônicas, contos, novelas, poemas e textos autobiográficos, de aspectos diversos, como românticos, memorialistas, sarcásticos, eróticos e de crítica social. Havia duas organizações formalizadas que representavam a literatura local: a Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL) e a Academia de Letras e Artes de Alagoinhas (ALADA), na época inativa. Através de encontros em eventos, visitas e entrevistas – com grande apoio da CASPAL –, Santos (2012) observou as dificuldades materiais por que passavam os produtores de literatura do município, que editavam, publicavam e distribuíam seus livros com recursos próprios.

Segundo essa pesquisadora, a CASPAL funcionava com uma infraestrutura precária e a participação dos escritores era numericamente pouco expressiva – o que eles próprios justificavam mencionando a descrença no trabalho coletivo diante de um histórico de iniciativas frustradas. Com pelo menos uma década de atuação na área, a maioria deles já testemunhara algumas trocas de governo e a correlata renovação de promessas,

reuniões de diagnóstico, diálogos e propostas que efetivamente não mudavam nada. O poder executivo municipal, como o estadual, declarava apoio aos escritores, mas raramente chegava a uma ação concreta que dinamizasse a publicação ou a distribuição das obras.

A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), do outro lado da relação, fora implementada em 2007, no bojo da mudança de diretrizes governamentais ensejada pela vitória do candidato Jacques Wagner, do Partido dos Trabalhadores (PT), nas eleições estaduais de 2006. Com quatro anos de atraso, passava-se na Bahia uma transformação semelhante à que ocorrera a nível federal, em 2003: o PT, de orientação socialdemocrata, chegava ao poder através das urnas, interrompendo quase duas décadas de governos neoliberais. A nível nacional, no campo da cultura, essa transformação caracterizou-se pela reestruturação do Ministério da Cultura (MinC), que assumia um conceito mais amplo de cultura e colocava o Estado como promotor da diversidade cultural, ao invés de simples regulador das iniciativas particulares, como era anteriormente. A nível estadual, essa transformação quebrava um ciclo de três décadas, no qual a cultura servia de instrumento ao desenvolvimento do turismo.

Taiane Fernandes da Silva (2008) faz uma exposição histórica que vincula a Secretaria da Cultura e Turismo (1995-2006) a outras ações empreendidas pelo grupo político liderado por Antônio Carlos Magalhães (ACM) no campo da cultura e à atuação da Empresa de Turismo da Bahia (Bahiatursa), fundada em 1968. Interrompido durante os quatro anos do governo de Waldir Pires e Nilo Coelho (1987-1990), em que existiu uma fracassada Secretaria de Cultura, esse conjunto de ações centrava-se na recuperação do patrimônio material do Centro Histórico de Salvador e de algumas cidades do interior, com vistas ao desenvolvimento do turismo e articulado à propaganda sobre a baianidade, o jeito de viver do baiano, transformado em diferencial do produto turístico.

Para Silva (2008), esse “jeito baiano”, entretanto, não correspondia ao modo de vida dos moradores dos bairros antigos, que eram deslocados para outros bairros e substituídos por personagens estereotipados como capoeiristas e baianas de acarajé. A cultura dos moradores de Salvador e do recôncavo baiano – tomada como homogênea, estática e representativa de toda a Bahia – deveria ser estimulada enquanto comportamento alegre, sensual, festeiro, sincrético e herdeiro dos costumes e da

religiosidade africana. Essa era a cultura que os turistas supostamente queriam ver, a rotina que queriam viver durante alguns dias.

Além desse desprezo pela diversidade cultural, a pesquisadora aponta que essa política do governo do estado era caracterizada pelo autoritarismo (o que a diferenciava da política federal): as decisões sobre em que aplicar o dinheiro público eram tomadas por agentes do Estado, diretamente ou através de representantes indicados, como os que compunham a comissão de seleção dos projetos apoiados via incentivo fiscal.

A valorização da cultura popular e a gestão democrática só viriam ocupar o centro da pauta a partir de 2007, com a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA). Segundo o seu primeiro grupo gestor (BAHIA, 2010), alinhada aos conceitos, princípios e diretrizes assumidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Ministério da Cultura (MinC), a SecultBA foi estruturada de modo a institucionalizar e fortalecer procedimentos democráticos de planejamento, execução e avaliação da política cultural, articulando unidades administrativas descentralizadas que já existiam (como a Fundação Cultural do Estado da Bahia – FUNCEB) e priorizando o uso de instrumentos democráticos como editais, planos plurianuais, conferências e órgãos colegiados.

O poder disciplinar dos conceitos

A gestão do Ministério da Cultura (MinC) iniciada em 2003 adotou um novo conceito de cultura, pautado nas discussões articuladas internacionalmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Tal conceito tem três dimensões: simbólica, econômica e cidadã. No aspecto simbólico, são enfatizadas as diferentes crenças e modos de vida, que devem ser igualmente valorizadas. Na dimensão econômica, afirma-se que as atividades culturais podem e devem contribuir para o desenvolvimento econômico da população. Já segundo a dimensão cidadã, a vivência da cultura deve estimular a democracia.

A despeito dessa complexidade, os dados coletados permitiram afirmar que a prática estimulada e disciplinada por esse mesmo discurso – desde o MinC até a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) – operacionalizava um conceito restrito e tradicional, que aplicava os recursos públicos da área ao que poderia ser isolado e vendido como cultura, desprezando abordagens efetivamente transdisciplinares. Além

disso, mencionava linguagens artísticas ou artes ao lado de manifestações culturais – como se a palavra cultura não incluísse as artes.

Na cartilha *As metas do Plano Nacional de Cultura (2012)*, essa necessidade de somar arte e cultura é repetida todas as vezes em que se fala de arte. Contudo, arte – ou linguagens artísticas – é algo que não se define senão pela enumeração do que habitualmente vinha recebendo esse nome.

Na consolidação das políticas culturais relacionadas à dimensão simbólica, será mantido um olhar atento às linguagens artísticas (música, literatura, dança, artes plásticas, etc.), mas serão igualmente reconhecidas e valorizadas muitas outras possibilidades de criação simbólica, expressas em novas práticas artísticas e em modos de vida, saberes e fazeres, valores e identidades. (BRASIL, 2012, p. 16).

A soma da arte com essas “outras possibilidades de criação simbólica”, que possivelmente é o que leva o título de cultura, atravessa todo o documento. O próprio Plano Nacional de Cultura, Lei nº 12.343/2010, manifesta essa dualidade:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Nacional de Cultura, em conformidade com o § 3º do art. 215 da Constituição Federal, constante do Anexo, com duração de 10 (dez) anos e regido pelos seguintes princípios: [...]

IV – direito de todos à arte e à cultura; [...]

Art. 2º São objetivos do Plano Nacional de Cultura: [...]

II – proteger e promover o patrimônio histórico e artístico, material e imaterial;

III – valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais;

V – universalizar o acesso à arte e à cultura;

VI – estimular a presença da arte e da cultura no ambiente educacional; [...]

Art. 3º Compete ao poder público, nos termos desta Lei: [...]

V – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural; a circulação e o intercâmbio de bens, serviços e conteúdos culturais; e o contato e a fruição do público com a arte e a cultura de forma universal;

(BRASIL, 2012, p. 158-160).

Tanto a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) quanto a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) seguem a mesma lógica da soma e da definição de arte e de cultura por enumeração de exemplos habituais. No caso baiano, dois fatos são particularmente notáveis: a inclusão da Literatura na alçada da FUNCEB – o que destoa do âmbito federal, pois a Fundação Nacional das Artes (Funarte), que cumpre papel semelhante, não a inclui – e a criação do Centro de Culturas Populares e Identitárias (CCPI), em 2011, para dar especial atenção às manifestações de origem africana e indígena, bem como de grupos populares marginalizados na Bahia e de outros

que se encaixem na vaga noção de popular. Pode-se entender a fundação do CCPI como a institucionalização da dualidade: este cuida das manifestações culturais, enquanto a FUNCEB trata das linguagens artísticas.

Silenciando sobre essa divergência ocorrida nas esferas mais amplas, a Coordenação de Literatura da FUNCEB ocupa-se em acolher as mais diversificadas expressões que podem ser reconhecidas como literatura, abstendo-se propositalmente de enunciar um conceito fechado. É bastante significativa, nesse contexto, a denominação “artistas da palavra”, utilizada em lugar de escritores ou poetas, pois explicita o único requisito a princípio colocado: o uso da palavra. Evidentemente, resta o problema de saber que tipo de uso da palavra pode ser classificado como artístico, o que é difícil delimitar quando não se discute o conceito de arte.

Ainda que sem definição explícita, os textos veiculados nos relatórios e notícias produzidos pela FUNCEB permitem uma interpretação do conceito ou dos conceitos de literatura que subjazem a suas ações e propostas. O Edital Setorial de Literatura – iniciativa de maior vulto do setor – converte-se em meio privilegiado de visibilização desses pressupostos.

Seu objetivo é “apoiar propostas culturais na área de Literatura com o objetivo de estimular os diversos elos da rede produtiva do setor e ações que dialoguem com outros segmentos, tendo como objeto predominante a literatura.” (BAHIA, 2012, p. 9). O diálogo com outros segmentos – ou seja, outras “produções artísticas e culturais” – já era uma prática comum nas atividades de iniciativa da Fundação Pedro Calmon (FPC), sobretudo em eventos que objetivavam o estímulo à leitura. Ademais, essa ruptura de barreiras entre as linguagens é a peça principal do que o Ministério da Cultura (MinC) tem entendido como transversalidade da cultura.

A respeito da amplitude do edital, o depoimento de Milena Britto, Coordenadora de Literatura, é bastante esclarecedor. Cabe aqui observar que a Coordenadora é professora universitária e pesquisadora da área de Letras, tendo atuado em projetos inovadores na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Em suas palavras:

Nos editais dos modelos antigos, o estado meio que induz a pessoa; por exemplo, se sai um edital de poesia, que diz que vai publicar livro de poesia, todo mundo começa a fazer poesia; se sai um edital de romance, mesmo que não tenha muitos escritores que trabalham com romance, mas ele vai pensar em escrever um romance porque o edital abriu pra romance; se abrir um edital pra uma feira literária, as pessoas vão fazer feira literária;

e acaba que isso não é uma demanda real, o que as pessoas querem fazer, como as pessoas querem fazer. Então o Edital Setorial foi pensado de uma maneira aberta, ampla, pra que coubesse qualquer projeto, se alguém quiser fazer um projeto em braile, cabe naquele edital, se alguém quer fazer um seminário, cabe naquele edital, uma itinerância de escritores pelo interior, trocar território, fazer uma espécie de residência ou intercâmbio, cabe no edital, o edital cabe livro-objeto, cabe instalação, cabe publicação também, cabe sarau, cabe festival, cabe tudo, porque ele é aberto. A única coisa é obedecer ao limite orçamentário – que pra pessoa física é noventa e poucos mil reais e pra pessoa jurídica é cem mil reais – e a documentação, que está exigida. O resto é a pessoa pensar “Qual é o meu desejo? O que eu faço com a literatura?” e canalizar pra ali.

Nessa fala, a abertura do que se entende por literatura é apresentada com clareza; entretanto, o mesmo não ocorre quando se volta a atenção para as escolhas feitas durante a concretização das iniciativas. No Edital Setorial, nos “Critérios para seleção das propostas”, lê-se:

As propostas serão avaliadas a partir dos seguintes critérios:

- a) Valor cultural, priorizando-se:
 - i. Mérito e qualidade artístico-cultural;
 - ii. Relevância do projeto no contexto sociocultural de sua realização;
 - iii. Criatividade, inovação e singularidade; e
 - iv. Estímulo à diversidade cultural.
- b) Consonância com as políticas estaduais de cultura, priorizando-se:
 - i. Harmonia com os princípios do Plano Nacional de Cultura e da Lei Orgânica da Cultura (12.365/2011);
 - ii. Capacidade estruturante e efeito multiplicador do projeto;
 - iii. Estratégias de democratização e acessibilidade; e
 - iv. Contribuição do projeto para a qualificação do setor.
- c) Qualificação do proponente e/ou da equipe executora do projeto, priorizando-se:
 - i. Experiência e qualificação do proponente e equipe em relação ao objeto do projeto;
 - ii. Relevância da atuação local e/ou regional dos agentes envolvidos na realização do projeto; e
 - iii. Articulações e/ou parcerias integrantes do projeto.
- d) Viabilidade e qualidade técnica do projeto, priorizando-se:
 - i. Clareza, consistência das informações e coerência na composição do projeto;
 - ii. Coerência entre as ações da proposta e os custos apresentados;
 - iii. Razoabilidade dos itens de despesas e seus custos; e
 - iv. Condições para execução satisfatória do projeto.

(BAHIA, 2012, p. 11)

Interpretando-o apenas no que tange aos conceitos de arte ou de literatura, somente o item “a) Valor cultural” apresenta critérios que se vinculam diretamente ao sujeito que cria. Pouco se duvida de que “i. Mérito e qualidade artístico-cultural;”, “iii. Criatividade, inovação e singularidade; e iv. Estímulo à diversidade cultural.” são

qualidades que só podem ser avaliadas conjuntamente, diante do que já existe ou de padrões de valor previamente definidos. Sem referências anteriores, não há como comparar a qualidade artístico-cultural das propostas.

Já o item “ii. Relevância do projeto no contexto sociocultural de sua realização;” e toda a alínea “b) Consonância com as políticas estaduais de cultura” manifestam a necessidade de submissão dos projetos ao conceito de cultura como meio de desenvolvimento social – ou seja, o alinhamento da literatura à função social da arte proposta pela política nacional de cultura.

Mais uma vez, o testemunho de Milena Britto confirma o que o Edital sugere:

O que entra em jogo hoje, e isso é muito claro, é o perfil que a gestão tem, a gestão trabalha muito focada naquelas comunidades que têm pouco acesso; também tem o pensamento da diversidade, tem o pensamento de uma espécie de contrapartida social. Então, o próprio Edital dá um direcionamento razoável pra as pessoas pensarem “aqueles projetos que vão beneficiar somente o artista – embora isso aí seja discutível – eles ficam muito inconsistentes diante dos demais”, porque o apelo do estado hoje, nessa gestão, é dar com o dinheiro público o maior retorno possível pra a sociedade. Então, é claro que a gente pensa “isso é muito subjetivo, porque se alguém pede uma bolsa pra criar um livro, qual é a contrapartida? Bom, a contrapartida está se ele vai dar uma oficina, se depois ele vai visitar uma escola, se o resultado do livro já for um pensamento também de que “se aquele livro for publicado, eu vou levar esse livro pra fazer uma atividade de leitura no bairro tal”. Então, tem um movimento também de retorno à sociedade e não retorno a um único indivíduo.

Avaliando-o, percebo que a abertura democrática torna-se secundária diante do discurso democratizante da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA): são privilegiados os agentes e as produções culturais que promovem a inclusão de grupos minoritários ou historicamente marginalizados (como mulheres e moradores de bairros periféricos), ou seja, iniciativas que reforçam a identidade do governo petista como o partido que enfrentou a desigualdade social no Brasil. Não há uma restrição técnica do conceito de literatura, mas se opera uma restrição ideológica na seleção de seus agentes.

A análise do edital e de outros dados que são apresentados pela gestão da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) permite afirmar que o governo estadual formula seus discursos e propõe suas ações de modo a propagar uma imagem de democratização, de que a SecultBA atinge a todos os cidadãos do estado de maneira igualitária. Incluindo a todos, os programas propostos pelo governo constroem a possibilidade de, sutilmente, através das noções de convivência harmônica das culturas e

de desenvolvimento social, direcionar a produção cultural no estado. Conclamando a todos para sua supervisão, sem violência, faz funcionar o que Foucault (2001) chama de disciplina: o exercício do poder de forma a torná-lo o menos custoso possível (economicamente, pela parca despesa que acarreta; e politicamente, por sua discrição, sua fraca exteriorização, sua relativa invisibilidade e o pouco de resistência que suscita), com o máximo de intensidade, extensão e rentabilidade.

A produção heterológica de Alagoinhas

Contra o poder disciplinar do Estado, pode-se recorrer às fugas, ao riso, ao que não se inclui nem pode ser classificado – nos termos de Georges Bataille, apresentados por Habermas (2000), pode-se recorrer às heterologias. No caso específico da política cultural baiana, questioneei: existem produções que se recusam a participar do ordenamento proposto pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA)? Os artistas que não buscam o apoio do estado estão optando por uma produção heterológica? Foi essa possibilidade que avaliei através do caso dos escritores do município de Alagoinhas.

Para compreender a repercussão das propostas da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) sobre os produtores de literatura do município, torna-se útil fazer uma comparação entre suas opiniões e o entendimento manifestado por escritores radicados em Salvador. Nessa intenção, entrevistei os dois membros mais votados do Colegiado Setorial de Literatura (os escritores Valdeck Almeida de Jesus e Carlos Yeshua), que, como tal, estavam intensamente envolvidos com as ações da FUNCEB. Os Colegiados Setoriais das Artes, geridos por essa fundação, são conselhos consultivos organizados por linguagem artística.

Os dois conselheiros citados participam de movimentos que buscam organizar o conjunto de escritores da Bahia, atuando no sentido de divulgar seus trabalhos, de buscar caminhos para a publicação das obras e de apresentar coletivamente demandas ao poder público. Os movimentos organizados contam com o apoio da SecultBA, que inclusive faz a divulgação de suas atividades nas páginas oficiais na Internet. É também pela Internet, através de correspondências eletrônicas e de redes sociais, que os grupos procuram conquistar novos participantes e ampliar a rede de debates acerca da literatura.

A respeito do espaço democrático aberto pela SecultBA, Valdeck Almeida, que é funcionário público radicado em Salvador, expressa que:

Com a estrutura da Secult e a Lei de Cultura ficou mais esclarecido, mais fácil de participar. A gente está produzindo o Plano Setorial de Literatura, que é as demandas da área de Literatura que vão se tornar leis para serem aplicadas durante dez anos, esse é o projeto de lei da cultura, você ter um período mínimo de atuação sem interferência direta do governo, ou seja, são leis do estado, são políticas públicas de Estado, isso dá uma garantia à cultura de que não vai haver interferência a depender do humor do governante, [...] porque antes era assim, o estado achava que produzir um livro de Maria, por exemplo, era essencial, então ele ia lá e investia naquele livro de Maria, não havia discussão com a classe, não havia uma checagem, não se fazia uma pesquisa, uma comparação, não se perguntava a ninguém, resolvia e fazia; e agora, sim, nós temos esse poder de ficar e ir inclusive de encontro a algumas ações, lógico dentro do limite do diálogo, tudo dentro do limite que a lei estabelece. Inclusive a lei, também, a gente pode mudar, a gente tem essa consciência de que, apesar de existir a lei, aquela lei não pode ser engessadora da produção nem do consumo, da fruição da arte.

Observa-se, em sua fala, a utilização dos mesmos termos presentes nos textos produzidos e divulgados pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), especialmente os de cunho acadêmico que são publicizados com o objetivo de formar ou qualificar os cidadãos para a gestão da cultura – termos como estrutura, lei, plano, demanda, projeto, período, interferência, Estado, governo, investimento, discussão, poder, ações, diálogo, produção, consumo e fruição da arte. Embora sem averiguar se o domínio dessa linguagem é anterior ao trabalho junto à SecultBA, posso afirmar (com base em minhas observações) que esse é um dos fatores decisivos para a liderança diante dos outros artistas, pois assegura a receptividade e a eficiência do diálogo com os agentes públicos.

Além do domínio da linguagem, noto a importância conferida aos dispositivos legais, a convicção de que um plano ratificado por uma casa legislativa pode gerar estabilidade e segurança na determinação democrática das diretrizes para a cultura. Sua avaliação do momento vivido pelo setor cultural baiano era, portanto, bastante positiva, no que tocava à questão do processo democrático.

Carlos Yeshua, que tem formação universitária na área de Comunicação, é mais cauteloso em sua avaliação:

O Colegiado já é uma questão, uma coisa nova – nosso primeiro ano de trabalho começou agora, nós tivemos três ou quatro reuniões – então a gente não tem como mensurar isso ainda. Estamos num processo de

Revista do SELL

v. 5, no. 2

ISSN: 1983-3873

criação desse plano [Plano Estadual de Cultura], mas eu acredito que isso vai ser importante porque, digamos que antes a Secretaria sentava e decidia o que seriam as políticas interessantes para a literatura, por exemplo, e hoje a gente está sentado com a Secretaria dizendo “Olha, a gente precisa disso, vamos incluir isso.”, a gente está criando um plano onde a gente tenta cobrir todas as áreas da literatura, todos os segmentos, tudo que existe em literatura, a gente está fazendo questão de colocar tudo isso lá, e talvez se o Colegiado não existisse algumas áreas poderiam ficar desprestigiadas em um plano feito apenas pela Secretaria. Então eu acho que esse trabalho do Colegiado é de fundamental importância, acho que é um trabalho de democracia, é o Estado chamando a sociedade pra poder pensar a política pública especificamente pra essa área, mas com pessoas que de alguma forma estão envolvidas. Eu acho que o resultado a gente ainda não pode mensurar nesse momento, mas acredito que o resultado será bem positivo.

Não obstante a cautela, o vice-presidente do Colegiado Setorial de Literatura considera, assim como o presidente, que a democratização e a institucionalização das decisões podem provocar mudanças benéficas na vida dos produtores de literatura. Também como na fala de Valdeck Almeida, destaco aqui a desenvoltura com os termos técnicos da área de gestão cultural.

Ambos os escritores contavam com o apoio e a confiança dos pares que os elegeram, sendo lideranças legítimas de uma rede de artistas da palavra. Porém, a quantidade de participantes nas reuniões setoriais era muito pouco expressiva, diante das dimensões do estado da Bahia: apenas 78 votaram na eleição dos representantes do Colegiado e somente 26 pessoas estiveram presentes na etapa que discutia as diretrizes e metas do plano estadual para a literatura.

Ponto central do propagado avanço democrático empreendido pela SecultBA, os editais públicos para financiamento eram avaliados por Carlos Yeshua da seguinte maneira:

Eu acho que os editais são uma oportunidade, que eles são democráticos, qualquer pessoa pode concorrer. Isso é uma coisa positiva, e o negativo é a burocratização, ele é muito burocrático, muito complicado; ao mesmo tempo que ele dá essa acessibilidade, ele limita quando as pessoas não entendem como participar desse edital. Eu acho que os editais é um avanço, ao mesmo tempo que, pra avançar mais, precisava simplificar esses editais pra que eles pudessem atender a todos; e a própria criação desse Colegiado eu acho que é um avanço, no momento que você traz a sociedade civil pra perto pra poder discutir essa questão.

São assim, ao mesmo tempo, um elemento que congrega e que afasta a sociedade das iniciativas do Estado.

A mencionada burocratização excessiva da submissão de projetos é um ponto comum, talvez o único, entre as opiniões dos escritores de Salvador e de Alagoinhas. Citando particularmente os editais, os cursos de qualificação promovidos pela Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) e a formação do Colegiado Setorial de Literatura, perguntei a escritores e outros agentes culturais se eles tiveram conhecimento ou participaram dessas ações. Todos responderam igualmente que participação não houve, mas houve algum avanço em relação à comunicação entre a SecultBA e os produtores do município.

As respostas às questões “Tais iniciativas provocaram mudanças na produção literária do município?” e “Através dessas ou de outras ações, a SecultBA tem respondido às demandas apresentadas pelos produtores de literatura?” também foram unânimes: de 2011 até 2013, nenhuma mudança na produção literária alagoinhense ocorreu devido às ações da SecultBA. Por que isso acontece é questão que levanta os pontos mais importantes.

Em relação aos editais, todos mencionam a burocracia. Nas palavras do escritor José Olívio:

Não obstante o esforço da política pública em democratizar o acesso aos recursos, ainda acho bastante intrincado pela burocracia. Continuamos incomodando, pedindo patrocínio para publicar nossas obras – uma humilhação – como fazíamos há tanto tempo atrás. [...] Os editais são muito burocráticos, levam a maioria de produtores a desistir. Nós não gostamos de burocracia, ter que justificar isso e aquilo, contratar alguém especializado para elaborar o projeto. A impressão é que isso está virando uma indústria, que alguém possa estar vivendo de fazer projeto, ganhando não sei como e os mesmos sendo contemplados. Repito: a impressão que eu tenho, imagino sem provas aparentes, é o que passa na minha imaginação diante de tanta dificuldade.

A repetição da palavra burocracia em tantos depoimentos fez-me pensar em que sentido esses artistas lhe estão atribuindo. Parece ser algo mais que a lentidão e a exigência de documentação específica que podem existir na administração pública. Nos diversos diálogos que presenciei ou de que participei ao longo de toda a pesquisa, inclusive nas etapas setorial e estadual da Conferência Estadual de Cultura de 2013, entendi que, para essas pessoas, burocracia virou sinônimo de formalização, de utilização de linguagem e formatos padronizados para apresentar a sua prática.

Tomemos as palavras de José Olívio: “Nós não gostamos de burocracia, ter que justificar isso e aquilo, contratar alguém especializado para elaborar o projeto.” O

financiamento pelo Fundo de Cultura da Bahia (FCBA) exigia, de fato, uma série de documentos comprobatórios, mas o processo fora bastante simplificado na gestão do Secretário de Cultura Albino Rubim e as orientações eram dadas com clareza – essa parte do processo era feita com relativa agilidade. O grande problema, para os escritores, era a elaboração do projeto, era a explicação da proposta nos termos que o campo acadêmico da Produção Cultural tem definido. A multiplicação de cartilhas – produzidas por acadêmicos, em linguagem didática, e distribuídas pela SecultBA – constitui mais um indício de que a tensão era causada pela linguagem formal, pela exigência da utilização de um vocabulário e de um tipo de objetividade que não faziam parte da rotina dos artistas.

Estando preparados para essa linguagem, os estudiosos do campo da cultura levam vantagem na redação das propostas, na indicação rápida dos requisitos que serão avaliados durante a seleção. Conta, nesse momento, a qualificação profissional, que na Bahia é oferecida por instituições de ensino públicas e privadas; e quem tem formação nas áreas de Comunicação ou das Artes age com mais desenvoltura. O Brasil passa por um período de institucionalização da malha cultural – produzir, organizar, distribuir e vender cultura tornaram-se profissões – e, para os artistas da palavra (que em sua grande maioria trabalham em outras atividades e gastam para produzir literatura), é ainda estranho ver alguém cobrar para organizar a cultura. É esse estranhamento que vejo, por exemplo, no depoimento de José Olívio citado.

A equipe da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) reconhece esse conflito e busca solucioná-lo, não tanto pela flexibilização dos termos quanto pela propagação deles através de cursos de capacitação. Com representações espalhadas por todo o estado, a Secretaria periodicamente oferece oficinas de qualificação em cultura, algumas direcionadas exclusivamente à elaboração de projetos. Uma dessas oficinas foi oferecida em Alagoinhas, mas nenhum dos filiados da Casa do Poeta de Alagoinhas (CASPAL) optou pela participação, conforme afirmou a presidente da instituição, Madrilena Berger:

[...] houve esse curso sobre, eu passei pro pessoal, como elaborar projetos, aqui mesmo, então, não houve nenhuma inscrição da Casa do Poeta e nem outras pessoas que eu tive conhecimento; e também em relação aos editais que sempre estão nos informando, eu passo e o pessoal, não vi nenhum, tudo achando ainda aquela coisa de credibilidade, de que não vai acontecer.

O fator que justifica essa negativa, presente na fala de Madrilena, pode ser o mesmo que justifica o desinteresse pelos debates realizados em Salvador ou pelo funcionamento do Colegiado Setorial de Literatura: o descrédito em relação às iniciativas do Estado. A maioria dos escritores de Alagoinhas publica, ou tenta publicar, há mais de uma década, e outras propostas de governo, que não tiveram eficácia, já foram vivenciadas por esses artistas. Após anos de tentativas frustradas, eles esperam que o poder público reconheça o que já foi feito e não se dispõem a aprender toda uma nova linguagem para buscar um apoio que não é garantido.

Analisados os depoimentos, fica evidente a oposição entre as perspectivas dos membros do Colegiado Setorial de Literatura, que residem em Salvador, e dos produtores de literatura da cidade de Alagoinhas. Embora o discurso da FUNCEB se proponha a atender a todos, democraticamente, os escritores locais não se sentem contemplados nem reconhecidos. Sua resposta ao discurso e às ações do governo: a ausência. Como não são reconhecidos, também não reconhecem, protestam por meio de sua falta de participação nas instâncias de diálogo e produzem como sempre produziram – alternativamente, heterologicamente.

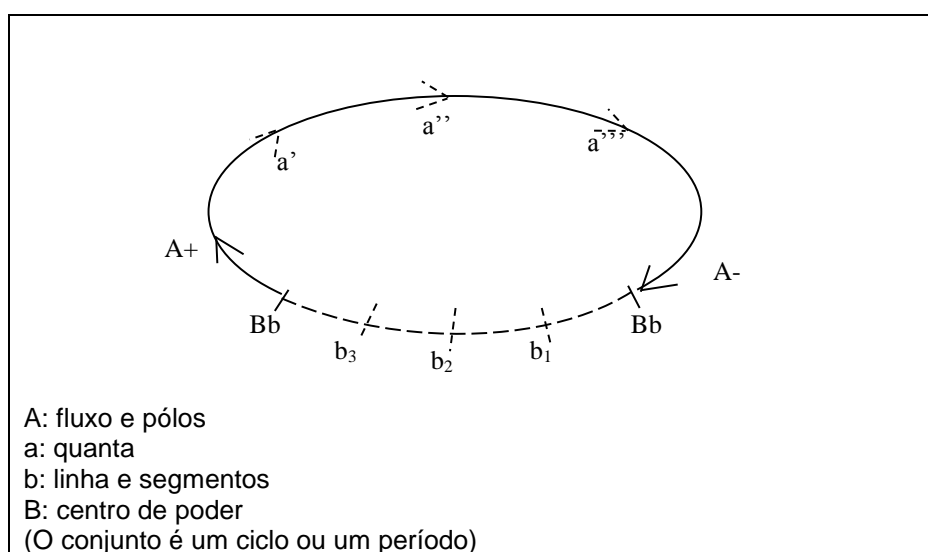
Código oficial versus práticas heterológicas

Após contextualizar suas ações no âmbito nacional e transnacional – pois os conceitos e diretrizes assumidos pela SecultBA estavam alinhados ao que dispunham o Ministério da Cultura (MinC) e, antes desse, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) –, verifiquei, através da análise de notícias, relatórios e editais, bem como da realização de entrevistas, que havia uma controvérsia entre a publicidade feita pela própria FUNCEB e a maneira como suas ações eram recebidas ou apropriadas pelos escritores de Alagoinhas. A FUNCEB alegava contribuir para uma profunda inovação da atividade do Estado no campo da cultura, em que a peça principal era a democratização do acesso à produção, distribuição e consumo ou fruição de bens culturais; os produtores de literatura de Alagoinhas, ao contrário, afirmavam que nenhuma grande mudança ocorrera nas últimas décadas, e que continuavam, dessa maneira, sem o investimento e o apoio que esperavam receber do poder público.

O discurso oficial, portanto, assentava sua força no fato de ser democrático, mas a prática de muitos escritores era desenvolvida de outras maneiras, ignoradas pelo discurso do Estado. O trabalho da FUNCEB não incluía a todos, a produção literária não era um campo homogêneo. O Estado desconhecia essa heterogeneidade? Se não a desconhecia, a que servia o seu silenciamento?

Com a intenção de evidenciar esse processo e ressaltar sua relevância para a vida cotidiana, recorri a reflexões de Deleuze e Guattari (1996), que interpretam não apenas o poder centralizador ou as práticas heterogêneas, mas a forma de articulação entre elas. Esses teóricos elaboraram um modelo que representa a realidade como uma estrutura dual: os fenômenos sociais participam ao mesmo tempo de uma linha segmentada e de um fluxo de quanta. A linha segmentada corresponde à ordem e à classificação das coisas, que inclui alguma forma de centralidade; ao passo que o fluxo de quanta representa as massas em sua multiplicidade e instabilidade. Apropriando-me de suas proposições, utilizo o modelo identificando na linha segmentada o Estado e no fluxo de quanta a sociedade ou, mais estrita e respectivamente, a FUNCEB e os artistas da palavra.

Deleuze e Guattari utilizam uma imagem geométrica para explicar como o poder central e as forças dispersas pela sociedade se relacionam:



(DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 89).

O modelo proposto fundamenta-se na observação de que, em todo conjunto organizado ou equilibrado por um poder central (que sobrecodifica os fenômenos, transformando-os em segmentos de uma mesma linha), existem fissuras, linhas de fuga,

fluxos que escapam à totalização. “Sempre vaza ou foge alguma coisa, que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação: aquilo que se atribui a uma ‘evolução dos costumes’, os jovens, as mulheres, os loucos, etc.” (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 86).

O processo que Deleuze e Guattari apresentam com o nome de sobrecodificação abriga o que se discute contemporaneamente como discurso. Lendo o campo da ordem como território e o sistema de interpretação da realidade como código, os autores explicam:

Um fluxo mutante implica sempre algo que tende a escapar aos códigos não sendo, pois capturado, e a evadir-se dos códigos, quando capturado; e os quanta são precisamente signos ou graus de desterritorialização no fluxo descodificado. Ao contrário, a linha dura implica uma sobrecodificação que substitui os códigos desgastados e os segmentos são como que reterritorializações na linha sobrecodificante ou sobrecodificada. (DELEUZE; GUATTARI, 1996, p. 91).

Cabe ao código, portanto, ao que poderíamos chamar de uma lógica totalizadora, sobrepor-se à multiplicidade e capturar o fluxo, fazendo os processos reais figurarem como segmentos de uma mesma linha.

Aplicando o modelo à conjuntura cultural da Bahia durante a existência da Secretaria da Cultura e Turismo (SCT), podemos reconhecer na multiplicidade de manifestações culturais um fluxo de quanta, uma sucessão incontrolável e variada de produções. Em minha interpretação, o poder central estadual historicamente instituído ordenava essa produção através de um código, de um discurso que polarizava as produções culturais entre a pobreza e a precariedade, de um lado, e a arte e a identidade negra, de outro. A SCT sobrecodificou por um tempo as práticas culturais sob o signo da baianidade e do desenvolvimento econômico através do turismo.

Contudo, embora a propaganda do governo veiculada pela grande mídia, entre outros fatores, conjugasse a população em torno do grupo político de Antônio Carlos Magalhães, vivências heterológicas movimentavam-se como fluxo de quanta, como linhas de fuga, escapando à disciplina do poder centralizado. Tais linhas de fuga permaneceram à margem, silenciadas, até o momento em que as forças moleculares destituíram o poder central, através das eleições, e abriram espaço para o estabelecimento de outra distribuição de forças.

Nessa fase de mudança social (que em muito extrapola os limites do campo cultural e, portanto, o escopo de minha pesquisa), grupos da sociedade baiana, em especial o movimento negro que atuava com força havia mais de duas décadas, conquistaram posição de destaque e foram determinantes na constituição do novo discurso sobrecodificador da realidade. Em consonância com o que ocorria no país como um todo, uma nova linha de segmentos era constituída a partir da polarização entre elitismo e democratização, em que o signo mais importante, no campo da cultura, passou a ser a diversidade cultural.

Esse era o eixo da nova política cultural baiana, cujo marco inicial foi a criação da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), no ano de 2007. Dadas as dimensões e a heterogeneidade do estado, ou mesmo a diversidade encontrada na própria cidade de Salvador, é improvável que algum gestor tenha pensado em atender, com um orçamento ínfimo, a todas as demandas dos produtores de cultura da Bahia. A heterogeneidade era inegável, como também o fato de que, na época, não havia como atender a todos. Mas o discurso que sobrecodificava a sociedade precisava atender, daí as contradições identificadas nos textos oficiais.

A política cultural do governo da Bahia, na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), é de fato uma ruptura com as gestões anteriores? Sim e não. Sim, porque a correlação de forças mudou e uma nova linha de segmentos, um novo código, passou a ordenar, a territorializar o fluxo de quanta, a multiplicidade das experiências reais. Não, porque a democratização que constitui o eixo desse novo código não é eficaz, nem poderia ser, uma vez que nenhum poder central poderá contemplar todas as práticas moleculares igualmente – sempre haverá algo de heterológico.

É evidente que o grupo gestor tinha conhecimento disso; ao menos no campo literário, os agentes da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB) reconheciam que suas ações não satisfaziam a todos os artistas da palavra. Se, a despeito desse reconhecimento, continuaram propagando suas próprias iniciativas como se atingissem a todos, é porque essa é exatamente a função do discurso do Estado: sobrecodificar o fluxo de quanta, territorializar as forças moleculares, transformar a multiplicidade imprevisível e incontrolável em segmentos de uma mesma linha. Os produtores de literatura de Alagoas precisavam, como todos os outros, enfim, sentir-se parte de uma mesma ordem e permanecer nela, para que o poder central adquirisse estabilidade, pelo menos

por um tempo, pelo menos até que outro código pudesse emergir das lutas sociais. Esse era o projeto do Estado, o objetivo do poder disciplinar, a que os escritores fizeram frente com a heterogeneidade da vida.

Sucessos e limites

Escritas deslocadas: produções artísticas que se realizam fora do circuito apoiado pelo Estado, mas que são incluídas no seu discurso de totalidade, e não sem motivo. Essa é a situação da literatura em Alagoinhas, Bahia, diante das ações e da publicidade da Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB). A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA), inovou em relação à Secretaria da Cultura e Turismo (SCT) quando mudou – do desenvolvimento econômico para a inclusão social – a prioridade de seus investimentos; isso não significa, entretanto, que acolheu a todos em sua gestão – ao contrário, usava o discurso democratizante para manter sob controle as heterologias.

Essa foi a conclusão, ainda que temporária, do meu trabalho de pesquisa. Durante a análise das notícias e relatórios, muitas vezes desejei ter estudado com profundidade a Análise do Discurso, que certamente ofereceria ferramentas de trabalho preciosas à minha empreitada. No campo conceitual e teórico, caberiam ainda a discussão sobre a diversidade cultural, a dimensão simbólica da cultura e a cultura como direito; bem como um estudo aprofundado e um debate mais consistente sobre as formas de participação política.

Desejaria talvez começar tudo novamente, mas deixo as outras abordagens para outros pesquisadores. Por hora, situada no campo complexo da Crítica Cultural, avalio como gratificante a incursão pelo campo das políticas culturais e o exercício de interpretação do discurso, desejando que o meu esforço ecoe em outros e que possa fortalecer a ideia de que fazer literatura não pode deixar de ser fazer política.

Referências

BAHIA. **Relatório de Atividades 2007/2009**. Salvador: Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, 2010. Disponível em: <http://www.cultura.ba.gov.br/wp-content/uploads/2010/12/Relatorio_SECULT-2007-2010.pdf>. Acesso em: 02 mar 2013

Revista do SELL

v. 5, no. 2

ISSN: 1983-3873

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. 1933 – micropolítica e segmentaridade. In: _____. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Trad. Aurélio Guerra Neto et al. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. vol. 3. cap. 9, p. 76-106.

FOUCAULT, Michel. O panoptismo. In: _____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad Raquel Ramalhe. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. cap. 3, p. 162-192.

HABERMAS, Jürgen. Entre erotismo e economia geral: Bataille. In: _____. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** Trad. Luiz Sérgio Repa, Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Tópicos). cap. 8, p. 297-332.

SANTOS, Vanise Albuquerque. **Literatura e políticas públicas em Alagoinhas: outros modos de produção cultural.** 2012. 120f. Dissertação (Mestrado em Crítica Cultural) – Departamento de Educação, Campus II, Universidade do Estado da Bahia. Alagoinhas, 2012. Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jailma dos Santos Pedreira Moreira.

SEIDEL, Roberto Henrique. Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico e intelectual. In: _____. **Crítica cultural, crítica social e debate acadêmico e intelectual.** Alagoinhas: Fábrica de Letras; Salvador: EdUNEB, 2012. (Coleção Crítica Cultural de Bolso). p. 13-45. [Texto disponibilizado pelo autor através de correspondência eletrônica pessoal].

SILVA, Taiane Fernandes da. **Políticas Culturais: a Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia (1995-2006).** 2008. Dissertação (Mestrado Multidisciplinar em Cultura e Sociedade) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Orientador: Prof. Dr. Antônio Albino Canelas Rubim. Disponível em: <<http://www.itau cultural.org.br/bcodemidias/000990.pdf>>. Acesso em 11 out 2013.

SILVERMAN, David. Entrevistas. Textos. In: _____. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações.** Trad. Magda França Lopes. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. cap. 4, p. 107-143. cap. 5, p. 144-185.